



O biscoiteiro Raimundo Rodrigues dos Santos, na época da seca, levanta às 3h da madrugada para buscar água. "o prefeito veio na campanha e prometeu água, mas depois não deu cano nem nada".

# ATÉ O ÚLTIMO PÉ DE GUABIROBA

Procura-se pé de guabiroba, artatum, cagaita, pitanga, cajudo-mato ou mangaba. Também servem ipê, angico, jatobá, pequi, aroeira e açoita-cavalo. Um prêmio para quem encontrar uma copaíba, uma sucupira, uma almêcega, uma guapava ou barbatimão.

Todas estas árvores, típicas do cerrado brasileiro, foram praticamente varridas do sul de Goiás. No lugar delas só algodão, soja, milho, sorgo, girassol e cana-de-açúcar. Em alguns pontos do estado é possível rodar dez ou quinze quilômetros pelas estradas sem ver sequer uma árvore.

O ímpeto lavrador dos fazendeiros da região é tão grande que foram abaixo não só as reservas legais — a parte de matas nativas que deve ser preservada nas propriedades, 20% no caso do cerrado — mas também as matas ciliares (que estão às margens dos rios e córregos). Hoje praticamente nenhuma fazenda tem nem uma coisa nem outra. Tudo virou lavoura.

As consequências desse desmatamento sem limites são as piores possíveis: ressecamento das nascentes, assoreamento dos rios, erosão, enchentes, empobrecimento do solo e desproteção da flora e da fauna — algumas ameaçadas de extinção.

A situação chegou a tal ponto que o Ministério Público resolveu entrar no caso na tentativa de reverter a situação. Os fazendeiros sofrem ações em várias comarcas do estado, mas em todas elas a marca é uma só: lentidão.

"A questão das reservas caminha a passo de tartaruga", compara a promotora Cleide Maria Pereira, de Santa Helena, onde a série de processos teve início. Lá, o juiz Jairo Ferreira Júnior estipulou multas e prazos para as matas ciliares e as reservas serem recompostas.

O primeiro prazo — para que as áreas fossem delimitadas e cercadas — expirou no dia 31 de dezembro. A partir daí, multa de 20 centavos por metro quadrado da área que deveria ser cercada. É claro que ninguém cumpriu nem foi multado: desde aquela data, coincidentemente, a justiça está de férias.

Outra grave consequência da extinção das matas ciliares (que margeiam os rios e córregos) é a contaminação das águas com os venenos usados nas lavouras. Quando preservadas, as matas ciliares funcionam como um filtro. Elas absorvem e processam os produtos químicos que escorrem para os rios durante as chuvas.

Segundo o engenheiro agrônomo Sebastião Pinheiro, a contaminação dos mananciais com agrotóxicos ex-



põe toda a população que usa a água do rio ao risco de desenvolver diversos tipos de câncer. "É o mínimo que pode acontecer", adverte.

Segundo relatório preparado por técnicos da empresa Saneamento de Goiás S.A. (Saneago), os fazendeiros usam inclusive venenos proibidos pelo Ministério da Agricultura. Ainda acusam os proprietários de "utilizar dosagens excessivas de agrotóxicos, falta de cuidado no manuseio e lavagem no equipamento bem como no descarte das embalagens". Os locais onde são jogadas as embalagens de agrotóxicos — os cemitérios — tornam-se estêreis: nada mais nasce ali. Além disso, representam grave risco à saúde de homens e animais, e ainda contaminam a natureza.

Uma análise da água nas cidades de Maurilândia e Santa Helena não revelou presença dos agrotóxicos. "Mas isso não quer dizer que não existissem contaminação", esclarece uma das técnicas que participou dos estudos, a bióloga Jurandira de Oliveira. Al-

guns agrotóxicos, uma vez lançados no meio ambiente, reagem em presença da umidade e fracionam-se em subprodutos, também tóxicos, para os quais não há padrões para detectá-los em análises de laboratórios.

O uso indiscriminado de agrotóxicos é tão grande que a promotora Cleide Maria Pereira pediu a interdição do aeroporto do município para aviões agrícolas, que fazem a pulverização de venenos.

O aeroporto está dentro da cidade, cercado de casas. Segundo a promotora, durante a época de aplicação de venenos, o cheiro dos produtos tóxicos é insuportável e os aviões fazem vôos rasantes sobre a cidade, carregados de agrotóxicos. "O uso do aeroporto para esse fim já estava causando problemas respiratórios e pulmonares à população", constata a promotora.

O pontapé inicial para a recomposição das matas foi dado pelo promotor Paulo Caputo em fevereiro de 1995. Ele abriu ação contra 800 fazen-



Luiz Carlos Oliveira, prefeito de Bom Jesus: lavouras que consomem mais água do que toda a população do município

deiros no município de Santa Helena. "No meio de uma região que se enche de orgulho (depois de cheios os bolsos e as burras de poucos, a custo social altíssimo) de se autointitular a capital nacional do algodão, há os primeiros focos de desertificação do ecossistema cerrado, fruto de uma ocupação populacional e econômica desordenada e irresponsável, iniciada na década de 60", diz o documento enviado por ele ao juiz.

O magistrado não deixou por menos: "A mentalidade do novo-rico, cuja fortuna alcançou da noite para o dia, tudo desmatando, tudo destruindo, chega a ser asquerosa. Não entendem que, embora sua propriedade, da coletividade pertencem as referidas áreas", escreveu Ferreira Júnior no seu despacho sobre o processo.

A devastação é tão escandalosa, que o juiz não consegue esconder a irritação ao se referir ao assunto. "A cobiça, a inconsequência, a falta de visão, a recalitrância (teimosia), a ignorância são tamanhas que em várias propriedades o desmatamento chegou ao rio", escreveu o Ferreira Júnior. "Sem reportar-me ao extraordinário lucro para os seus proprietários. E o que é

pio, não vi o arroz nem o feijão, pratos básicos da faminta população brasileira", arrematou.

"Esse promotor é um ambientalista por correspondência", provoca o presidente do Sindicato dos Proprietários Rurais de Santa Helena, João Anastácio Ferreira, para quem a culpa do desmatamento total da região é culpa do próprio estado.

"Nós tivemos incentivos para investir aqui. O estado mandava os tratores e fazia o desmatamento de graça para a gente, em troca do óleo diesel". De acordo com o peculiar raciocínio de Anastácio, o problema não é

gais, áreas de preservação e matas ciliares), exigem a participação do estado para não sofrerem o prejuízo.

"O agricultor não é contra o reflorestamento. Mas queremos uma parceria do estado com cooperativas e sindicatos", propõe o latifundiário que, com a família, é dono de nada menos que 26 mil hectares, 20% do município de Santa Helena.

Segundo Anastácio, os empresários terão prejuízos enormes se fizerem o reflorestamento em cinco anos — prazo estipulado pela justiça. "Reflorestar um hectare custa de 3 mil a 5 mil reais, enquanto que a terra vale, no máximo 3 mil reais". Nas contas dos proprietários não entram nem o lucro que essa terra já produziu — ilegalmente, diga-se — nem as isenções de impostos e outras facilidades que tiveram para se instalarem lá.

O governo do estado de Goiás não tem qualquer estudo sobre a destruição das matas ciliares. A Fundação de Meio Ambiente de Goiás (Femago) foi criada há 20 anos e o estado até hoje não tem uma lei florestal. O diretor de recursos florestais da fundação, Léo Linco do Carmo, disse que a diretoria foi criada apenas no ano passado e que ainda estão sendo feitos os estudos para implementar uma lei de uso das matas.

**"A MENTALIDADE DO NOVO-RICO, CUJA FORTUNA ALCANÇOU DA NOITE PARA O DIA, TUDO DESMATANDO, TUDO DESTRUINDO, CHEGA A SER ASQUEROSA".**

Jairo Ferreira Júnior,  
juiz de direito

**LEIA AMANHÃ**  
Entrevista com o presidente do Ibama, Eduardo Martins